

## Procuramos nas cidades o que procuramos nos outros

Crónica pessoal e vívida sobre a vida nocturna no Porto

À Cláudia Rodrigues

Amílcar Correia<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo é uma breve e muito pessoal observação participante sobre a vida boémia do Porto, que tenta traçar a transformação da cidade neste capítulo, ao longo das últimas décadas, num registo de crónica jornalística, empírico e sem preocupações formais e académicas. O objectivo é retratar a evolução dos territórios da boémia, a forma como as cidades se regeneram e se reinventam, como se fossem corpos; como se cada um de nós fosse uma cidade. Partimos da Ribeira dos anos 80 e fomos até à formação do *party district* nesta década, onde autenticidade e indústria do turismo se confrontam numa batalha pelo ponto de equilíbrio entre o dever de preservar e o dever de mudar.

### Abstract

This article is a brief and very personal participant observation on the bohemian life on Porto, which tries to trace the transformation of the city in this issue, over the last decades, into a journalistic chronicle style, empirical and without formal and academic concerns. The aim is to explain the evolution of the territories of Bohemia, the way the cities regenerate and reinvent themselves as if they were bodies; as if each of us were a city. We started from the Ribeira of the 80's and went on to form the party district in this decade, where authenticity and tourism industry are confronted in a battle for the balance between the duty to preserve and the duty to change.

---

<sup>1</sup> Director-adjunto do jornal PÚBLICO.

As cidades regeneram-se as vezes que forem necessárias enquanto se mantiverem vivas e não estiolarem com o tempo, o abandono e a soberba da história. E nós também. A boémia de uma cidade como a do Porto andou para cá e para lá, seguindo os solavancos da evolução da cidade, as tendências da época e os caprichos do tempo e das gerações. E isso não é uma particularidade do Porto, do Norte do país ou de Portugal. Talvez ainda mais do que os humanos, as cidades são capazes de se reinventar num processo de desistência e de insistência, numa andança constante que imita o movimento das marés.

Nas últimas quatro décadas, a Ribeira sempre foi o polo aglutinador da vida nocturna da cidade, correspondendo ao seu papel histórico de margem onde atracavam todos os negócios e comércios da burguesia da região em comodato sem prazo com a aristocracia britânica. A concentração de bares e de restaurantes nesta parte antiga do Porto, sem paralelo na margem sul do rio Douro, tinha duas facetas distintas. Se, por um lado, aquele era um território de bares de alterne ou de imitações insalubres de *pubs* e de tascas, por outro, por ali também cresciam locais onde se mimetizava uma contemporaneidade que não existia no país e que ainda pouco existia, sequer, na capital.

A concentração de bares como o Aniki-Bóbó, O Meu Mercedes é Maior do que o Teu, Luís Armaestrondo ou Meia Cave, ou outros de menor escala, importância e longevidade, juntou uma geração disponível para viver a esperança de uma vida mundana e boémia nos antípodas do cinzento e modorra que Portugal viveu tão intensa e involuntariamente até 1974. As décadas seguintes à definitiva falência do Estado Novo foram ansiosamente consumidas por quem desejava distanciar-se o máximo possível dessa prisão que é o tempo morto e poder exercitar a sua liberdade sem freios e sem tacanhez. Por aí nasceu uma nova corrente boémia, insatisfeita e insaciável, que acreditava na utopia de que viver no Porto poderia ser equivalente a viver em Lisboa, Barcelona ou Madrid e que o facto de se ser português já não era o reverso ideológico e atávico de se ser albanês. Esse ser europeu correspondia a um desejo de contemporaneidade que os bares mais cosmopolitas da Ribeira tão bem representavam. O facto de se terem tornado no palco privilegiado das correntes musicais que nasciam no pós-música revolucionária ou de terem desempenhado uma função como galeria de arte, como no caso paradigmático, do Labirinto, só acentuou esse papel de local e porta-estandarte de mudanças e asseios de quem procurava o que queria e o que não tinha.

Não se pense que esta nova elite cultural ou tecnocrática, multiplicada pela abertura de novos cursos universitários como se fossem gremelins, estava sozinha. O território em questão sempre implicou inúmeras fricções entre quem estava e quem chegava. A Ribeira apresentou até aos anos 50 do século passado os índices de contração populacional mais elevados da cidade, juntamente com a área da Sé e do Barredo, muito próximos, de facto, das principais

concentrações humanas em outros pontos do globo, fruto da fisionomia de um bairro da idade média, de casas apertadas e ruas esganadas pelo tempo. A entrada em cena deste movimento boémio e a transformação daquele *habitat* geraram alguma criminalidade e conflituosidade entre as duas partes. Mas a imposição do território da Ribeira como território hegemónico para a boémia e o negócio que lhe está associado acabou por ir diluindo as barreiras entre o nós e a o eles e a alteridade acabou por se tornar regra. O facto de a Ribeira se ter tornado o destino nocturno por excelência teve uma consequência lateral: a proveniência social e o *background* cultural dos frequentadores alargou-se com a perspectiva de negócio que a criação de polos como este gera inevitavelmente. Entre casas de fado e clubes de alterne, entre *pubs* de cerveja e setas, entre bares cosmopolitas e tascas imundas retomadas numa outra função, também havia bares com festas de universitários ou o arremedo de discotecas que tentavam vingar neste *party district*, que já era *party*, mas que ainda não era entendido como *district*.

Exceptuando a Ribeira, poucos eram os locais da cidade que ofereciam uma concentração mínima de locais de diversão, com a excepção tímida da Boavista, da Foz ou da zona industrial do Porto – os armazéns desta área periférica tinham tudo o que era necessário para uma discoteca de moda: estacionamento, clientela e música *mainstream*, e uma localização nos antípodas da velha arquitectura esguia e antiga do casario ribeirinho. A zona industrial continha outra contemporaneidade: os holofotes da *house music*, a possibilidade de encarnar o *glamour* de um personagem de *videoclip* no meio da pista de uma discoteca com *mezanine*, DJ vários e até zona VIP. Assim era, por exemplo, o Terminal X. Mais tarde, todo este processo de industrialização da noite, nesses territórios de armazéns e de desocupação residencial, por oposição às guerras entre quem faz barulho e quem não consegue descansar, tornar-se-ia palco de uma guerra campal entre empresas de seguranças que competiam entre si pelas suas percentagens do negócio que medrava sem controlo.

Essa utopia de viver numa cidade com oferta nocturna elegante e variada, como se referiu anteriormente, foi percebida politicamente. Isso explica também a circunstância de o pelouro da Cultura de um executivo municipal ter sido substituído por uma outra designação: pelouro da Animação da Cidade. A mudança deveu-se a um governo local do Partido Socialista, o que não poderia ter sido possível com outro partido do bloco central que tem governado o Porto. Basta recordar o que o PSD fez durante os três mandatos de 12 anos neste capítulo: restringir até ao limite a abertura de novos espaços ou o prolongamento de horários, escudado no mantra de que uma urbe como a do Porto se destina ao trabalho e não ao desprezível lazer, focado numa concepção muito do século XIX, segundo a qual a diversão era apanágio burguês de intelectuais ou, então, de uma plebe infecta pela pândega e pela miserabilidade. Condenável e ambos os casos, à luz desta concepção.

Quando procuramos na cidade é o que procuramos nos outros encontramos tudo o que é possível encontrar nas relações de alteridade. Procuramos, encontramos e desencontramos a euforia e a depressão, o amor e o desamor, a transparência e a opacidade, num espelho que diante de nós nos diz, por vezes, a verdade e, por outras, nos conta uma cândida ilusão. Tal como um corpo humano e a seiva intelectual que o faz mover, a cidade também se transforma em função do valor e do investimento que nela estamos disponíveis para fazer.

A transformação urbanística do Porto, ditada pelo programa cultural e de reabilitação urbana da candidatura do Porto a capital europeia da cultura em 2001, transformou-lhe o corpo e a mentalidade. As entranhas de grande parte das ruas da Baixa, particularmente da Ribeira, tiveram duas consequências que se revelaram feridas abertas por muito tempo: os antigos territórios de lazer foram interrompidos devido a obras profundas de renovação e isso obrigou o corpo e o cérebro da cidade a recomporem-se. Os locais emblemáticos desse ecuménico distrito da boémia nocturna entrou em convulsão, esvaziou-se e a multidão dispersou-se pelos locais vários por onde se espalhava organicamente o programa da capital europeia da cultura. Esse estatuto de capital europeia conferiu ao Porto, até por comparação com Lisboa, que já o tinha sido anteriormente, um orgulho que mitigou o fim da relação anterior com a cidade.

O que se passou a seguir foi uma inevitável e longa ressaca dessas noites de euforia cosmopolita, porque a Porto 2001 foi um espectáculo contínuo e sem precedentes numa cidade, o que de mais elitista, interessada ou curiosa ela poderia ter, que sempre ansiou e reivindicou um papel que não fosse o de actor secundário, numa relação de paridade com outras congéneres, a ponto de utilizar expressões como *movida* ou *Soho*, para que o seu orgulho e vaidade a protegesse do desamor de si próprio ou dos outros que a olham sem a mesma paixão, numa vaidosa comparação para poder sobreviver com auto-estima. Nesses tempos de ressaca, como num processo traumático de separação da cidade de si própria, o que precisávamos para nos reencontrarmos com ela começou tenuamente a reconfigurar-se. A Ribeira subiu a ladeira, instalou-se dos dois lados da Avenida da Liberdade, a mais importante e larga do centro do Porto, e esperou pacientemente por algo que poderia estar escrito nas estrelas, num gesto de busca e de disponibilidade. De um lado, o Passos Manuel, um antigo cinema, foi o segundo casamento entre o Aniki-Bóbó e o Porto. Foi preciso um crisma: mudou o nome, alterou o domicílio, em parte a clientela, quanto mais não seja porque ser noctívago ou é uma competência ou um processo passageiro e preciso nas circunstâncias da vida de alguém. Do outro lado da avenida, uma nova geração de boémios, juntamente com os tenazes que foram participando na evolução, foi criando à revelia dos poderes políticos e burocráticos da cidade algo que tão inspiradamente originou o *party district*, conceito que Cláudia Rodrigues escalpelizou ao detalhe na sua tese de doutoramento.

As cidades e os humanos que as fazem coincidem nisto: necessitamos de um plano B, uma bóia de salvação quando temos a certeza que pouco nos pode salvar ou que há quase nada de que possamos estar a salvo. À ilharga da escola de Arquitectura do Porto, sob a batuta dos *pritzkers* Álvaro Siza e Eduardo Souto Moura, uma jovem geração de arquitectos germinava uma revolta silenciosa que tinha como mote a paixão pelo carácter e autenticidade da cidade, mas também pelo seu corpo; pela sua fisionomia ora neo-cássica, ora modernista. O Plano B foi o primeiro átomo de um processo que teve a boémia como pretexto para transformar a cidade a partir de dentro, num processo individual, isolado, contra qualquer corrente e contra, declaradamente, a passividade em que o Porto mergulha com a morrinha, a sua confortável rezinguice e diminuição de massa cinzenta. A adesão foi transversal.

Nesse Porto cinzento, o primeiro passo do *party district*, que era já sintoma de *party*, mas que não anunciava o que viria a seguir, nasceu clandestino, por ausência de licenças numa área urbana onde o comércio tradicional era a regra exclusiva há décadas e décadas. Curiosamente, se fizermos o exercício de sobreposição do mapa de intervenção da reabilitação urbana da Porto 2001 e os locais de lazer e boémia da cidade concluímos que eles coincidem hoje quase na íntegra. A vida está cheia de acidentes e este foi um deles. Acidentalmente, o Porto mudou: a conjugação da renovação dos arruamentos, uma nova ânsia de vida nocturna, novas gerações à procura de outro estilo de vida e de expressão artística, a criação de novos negócios, novas profissões, o surgimento de novos protagonistas, etc. Pese embora o desaparecimento de cafés históricos da cidade, aonde se sentava a intelectualidade que discutia a censura, o simbolismo ou o surrealismo ou a poesia se soltava com a liberdade e libertinagem das horas tardias, outros cafés foram tomados de assalto e reconvertidos num modelo de utilização que transportava o balcão para a rua. A boémia saiu à rua e concentrou-se, como talvez nunca na sua história, na Baixa. Naturalmente, nessa boémia não são reconhecíveis e identificáveis personagens que cenografavam e representavam as noites do passado. O Porto perdeu, entretanto, parte da sua intelectualidade associada ao teatro, ao cinema ou o jornalismo, para adquirir outras facetas. Qualquer uma destas actividades, escolhidas aqui como exemplos mais fáceis e próximos, têm vindo a decrescer no Porto, na região e no país fora de Lisboa. O que este deserto faz, obviamente, é obrigar à deslocação de população para a capital portuguesa ou até para fora do país, algo que poderia ser extremamente complexo no final do último século, mas que se tornou perfeitamente natural nas últimas décadas. Acresce que o poder de compra, a subsistência, se tornou um factor mais influente na partilha boémia da cidade.

Como diz James Fallows em *Breaking the News: How the Media Undermine American Democracy*, a propósito dos jornalistas americanos, os profissionais da comunicação social deixaram de ser os mais ricos das zonas mais pobres para se transformarem nos mais

pobres das zonas mais ricas. O primeiro cenário permitia que eles tomassem contacto com os reais problemas de quem vivia ao lado e funcionassem como megafones dos problemas que atingiam a população com mais problemas, mas sem voz para os fazer ouvir. Algo tão importante, demasiado importante, para um jornalismo de proximidade, com rosto, e para a criação de um espaço público que não permita que alguém seja invisível socialmente. No segundo cenário, os jornalistas passaram a ser a reverência de um meio ao qual prestam outro tipo de serviço, por vezes, inter pares, mas sem capacidade de criar esse tal espaço público enquanto pertença de todos. Neste processo de configuração de *habitat*, os jornalistas acabaram por se deslocar para fora do *donut* em que o centro histórico do Porto mergulhou durante décadas, enquanto os empreiteiros foram recheando o *donut* por fora, com urbanizações sem cuidado e estética em Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar ou Maia. Analise-se a questão um pouco mais: a diminuição do negócio da informação, com a descida das vendas das edições impressas e o aparecimento gratuito de informação digital, criou uma crise no modelo industrial da produção jornalística e a precarização da classe profissional. O facto de esta e outras classes profissionais precarizadas terem sido atiradas para fora do *donut*, este ficou apenas nas mãos trémulas de uma população mais idosa, impotente e esquecida.

O discurso da insegurança urbana associado à Baixa do Porto sempre teve muito mais de psicológico do que de realista, mas perdurou durante demasiado tempo, até que nova *movida*, o termo que voltou a ser recuperado novamente para ilustrar a festa que a cidade queria voltar a viver. A festa hoje é outra: a massificação de oferta e concentração de vida boémia teve um primeiro momento de afirmação artística e política, que explodia em novas ideias e conceitos transportados para uma linguagem gráfica nos panfletos de promoção de estabelecimentos, festas ou concertos. Subitamente, a cidade contemporânea e mundana ia acompanhando o que mais institucionalmente o Museu de Arte Contemporânea de Serralves tinha para oferecer ou a Casa da Música tinha para propor com os seus Clubbing, num processo de contaminação mútua. Subitamente, a cidade descobriu que podia ser um *club* elegante, mas com autenticidade portuense, quer fosse do ponto inorgânico com a profusão de locais mais alternativos, quer fosse do ponto de vista orgânico com instituições publicamente subsidiadas. As duas faces da moeda foram convivendo até o rolo compressor do turismo ter arrasado as diferenças e padronizado um Porto que não poder ser o que é outra qualquer cidade, assim como não somos (nem queremos ser) o que é um outro congénere, por muito que sejam os processos de identitários, sob pena de a individualidade ser tragada numa normatividade acéfala.

O que aconteceu com o *party district*, que Cláudia Rodrigues criou enquanto conceito, é em tudo idêntico a qualquer outro processo de absorção das vanguardas — o momento e movimento inicial de ruptura é absorvido pela exploração comercial generalizada. Nesta

dinâmica, os poderes públicos e quem detém mais poder de aquisição tomam conta do que era espontâneo a ponto de o reaproveitar, apoderar e desfigurar.

Com o país e o Porto transformados em destinos turísticos de eleição, vencedores de prémios internacionais, numa conjuntura em que são apresentados como locais baratos, seguros, simpáticos e solarengos, por oposição a uma conjuntura mundial que pôs em causa os modelos de turismo em países em vias de desenvolvimento, toda a indústria do turismo preparou um pacote de voos *low cost*, “pastéis de bacalhau com queijo da serra”, lojas de *souvenirs* como se fossem *matrioskas* umas das outras, que comercializam falsas recordações a preços *made in China*, vendidos por paquistaneses ou indianos que não dominam o português, perfeitos para europeus que descobrem o sul do sul da europa numa cidade do Norte do Portugal como se estivessem numa outra qualquer. Como os músicos em digressão que confundem o nome das cidadãos aonde estão quando estão em palco.

A gentrificação não é uma característica portuense ou nacional. Cidades tão díspares como Austin, Barcelona, Praga ou Amesterdão debatem-se com a mesma dificuldade para encontrar o equilíbrio entre a necessidade de preservação e de aceitação da mudança. Assim como qualquer um de nós. O que procuramos hoje na cidade e no seu *party distric* é um encontro que as regras da indústria do turismo ameaçam tornar num desencontro. Agora que a cidade se encheu e esvaziou simultaneamente, nesta sua fase Disney e de parque temático, é tempo de a cidade se reencontrar com ela mesma, talvez não nos mesmos sítios, talvez de outra forma que não esta. As cidades regeneram-se as vezes que forem necessárias enquanto se mantiverem vivas e não estiolarem com o tempo, o abandono e a soberba da história. Só é preciso que não se deixem morrer; que não as deixemos esmorecer e desaparecer. Senão, não serão só elas a desaparecer. Também nós morremos com elas.

**O autor escreve segundo as regras do Português anterior ao último acordo ortográfico.**

#### Nota biográfica

Amílcar Correia é director-adjunto do PÚBLICO desde Agosto de 2018. Jornalista desde 1990, Amílcar Correia foi editor-executivo do Público de Outubro de 2016 até àquela data e subdirector do mesmo jornal em várias direcções editoriais. Foi ainda editor das secções de Sociedade, Local e do caderno semanal Cidades. Em 2011, fundou o P3, site que obteve vários prémios, e que dirigiu até 2016. É licenciado em Ciências da Comunicação e foi “Journalist in Residence at the Knight Center for Journalism in the Americas” e “Technology and Information Policy Institute Scholar” na Universidade do Texas, em Austin, entre Outubro e Dezembro de 2015. Publicou vários artigos em publicações nacionais e internacionais e *A balada do Níger — e outras estórias de África* foi o seu primeiro livro, publicado em 2007.

